



Eliminar o apoio governamental à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

Janeiro de 2023

- A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) é uma das principais ameaças à sustentabilidade do setor das pescas e respetivos meios de sustento que apoia.
- Os governos, por vezes, apoiam inadvertidamente a pesca INN através de subvenções mal direcionadas que ajudam a manter a pesca INN rentável.
- A implementação de fortes mecanismos para excluir todos os envolvidos na pesca INN do apoio governamental é essencial para a sua erradicação.
- A reorientação do apoio às pescas, afastando-o de subvenções que têm a maior probabilidade de beneficiar a pesca INN, como as subvenções ao combustível, embarcações ou acesso a infraestruturas pesqueiras, também é importante, devido à dificuldade de controlar os beneficiários individuais do apoio.

Qual é o problema?

Em junho de 2022, após mais de 20 anos de negociações, os membros da OMC concordaram proibir alguns dos tipos de subvenções às pescas mais prejudiciais, incluindo as subvenções à pesca INN (consulte o quadro). O desafio é agora implementar mecanismos que permitem aos países cortar o apoio à pesca INN de forma eficaz. A *OECD Review of Fisheries 2022 (Análise das pescas da OCDE de 2022)* oferece aconselhamento concreto sobre como o fazer, conforme sintetizado neste resumo.

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e as atividades relacionadas com a pesca que a apoiam, como o transbordo do peixe de embarcações pesqueiras para embarcações refrigeradas maiores que depois transportam, armazenam e entregam o peixe no porto, continuam a prejudicar seriamente e a ameaçar as pescas, as comunidades costeiras e a sustentabilidade da economia oceânica. A pesca INN complica as avaliações das unidades populacionais que sustentam a gestão da pesca com base em evidências e faz com que os pescadores que cumprem a lei enfrentem uma concorrência injusta pelos recursos e nos mercados. Também resulta em importantes perdas de receita fiscal. Globalmente, 8 a 14 milhões de toneladas de capturas não declaradas são prováveis de entrar no mercado global todos os anos, resultando em perdas anuais estimadas ao nível da economia de 26-50 mil milhões de dólares americanos, e receitas fiscais perdidas de 2-4 mil milhões de dólares americanos.

Acordo de subvenções à pesca da OMC proíbe subvenções à pesca INN e apela aos membros que eliminem eficazmente essas subvenções

Artigo 3.1: 'Nenhum membro deve conceder ou manter qualquer subvenção a uma embarcação ou operador envolvido em pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) ou atividades relacionadas com a pesca que suportem a pesca INN.'

Artigo 3.7: 'Cada membro deve implementar leis, regulamentos e/ou procedimentos administrativos para garantir que as subvenções referidas no Artigo 3.1, incluindo as subvenções existentes na entrada em vigor deste Acordo, não são concedidas ou mantidas.'

(Extraído do [Acordo de subvenções à pesca da OMC](#).)

A pesca INN abrange uma série de diferentes atividades e contextos, desde embarcações industriais que pescam ilegalmente nas águas de um país estrangeiro a pescadores





Eliminar o apoio governamental à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

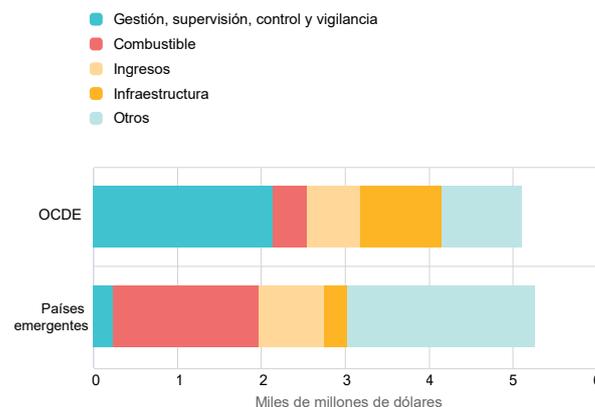
de pequena escala que não declaram diligentemente as suas capturas nas áreas costeiras dos seus próprios países. Eliminar a pesca INN é difícil, porque é difícil monitorizar e controlar as atividades no mar e porque a pesca INN continua a ser frequentemente uma atividade rentável. Desta forma, é de extrema importância não só aumentar o custo da captura, mas também cortar os lucros associados. Garantir que o apoio governamental não beneficia inadvertidamente a pesca INN é uma via importante para reduzir a sua rentabilidade.

Os governos apoiam as pescas de diferentes formas. Investem, nomeadamente, na gestão, monitorização, controlo e vigilância das pescas, serviços que são essenciais para garantir a sustentabilidade do sector e o estado das unidades populacionais de peixes. Além disso, também apoiam diretamente os pescadores e as empresas de pesca de formas que correm o risco de incentivar a sobrecapacidade, a sobrepesca e a pesca INN na ausência de uma gestão de pescas eficaz. É isto que acontece quando o apoio reduz diretamente os custos da pesca ou aumenta os benefícios associados, tais como subvenções ao combustível, embarcações ou acesso a infraestruturas.

O que podem fazer os governos?

- Condicionar a concessão de apoio às embarcações que são identificadas para o país de apoio, autorizadas a pescar nas suas águas e não no alto mar em áreas fora da competência de qualquer Convénio ou organização regional de gestão das pescas (RFMO/A, Regional Fisheries Management Organisation or Arrangement).
- Utilizar processos apropriados para recusar o apoio a potenciais beneficiários associados à pesca INN e recuperar o apoio se os beneficiários forem identificados como tendo participado em pesca INN:
 - Estes processos devem ser oportunos e transparentes com as potenciais sanções claramente comunicadas aos pescadores.
 - Qualquer sanção relacionada com o apoio deve ser suficiente para dissuadir a pesca INN e deve ser apropriada à natureza da ofensa.
- Impedir a utilização de portos, infraestruturas e serviços associados (que são frequentemente financiados em parte com dinheiro público) a embarcações suspeitas de estarem envolvidas ou envolvidas na pesca INN e atividades relacionadas com a pesca (exceto para inspeções ou em situações de força maior). Para tal, os governos devem implementar na íntegra as principais disposições do Acordo sobre medidas dos Estados do porto (PSMA, Port State Measures Agreement) e, quando possível, fazer parte do acordo.¹
- Publicar informações sobre todos os beneficiários dos apoios e melhorar a partilha de informações entre agências governamentais, países e RFMO/A relativamente aos indivíduos e empresas considerados envolvidos na pesca INN, de forma a que o futuro apoio possa ser recusado e o apoio anterior possa ser recuperado.
- Incluir uma clara definição da pesca INN e atividades relacionadas com a pesca na legislação nacional. Isto

Qual é o apoio governamental para o financiamento das pescas?



Nota: Este gráfico demonstra a despesa anual, em média ao longo de 2018-2020 para os países da OCDE e economias emergentes abrangidas na *OECD Review of Fisheries 2022 (Análise das pescas da OCDE de 2022)*.

Fonte: Conjunto de dados da OCDE "Fisheries support estimate (Estimativa de Apoio às Pescas - FSE)" (OECD.Stat)

ajudaria a cortar o apoio aos que estão envolvidos nestas atividades, incluindo quando ocorrem fora da jurisdição do país de apoio. O Plano de ação internacional da FAO contra a pesca INN é a referência utilizada mais frequentemente para definir a pesca INN, com o PSMA utilizado para definir as atividades relacionadas com a pesca.

- Reduzir ou redirecionar o apoio afastando-o de políticas que possuem o maior potencial de aumentar o esforço e capacidade das pescas, por exemplo, o apoio que reduz os custos das embarcações e do combustível, uma vez que estes podem fomentar inadvertidamente níveis mais elevados de pesca INN.



- Delpeuch, C., E. Migliaccio and W. Symes (2022), "Eliminating government support to illegal, unreported and unregulated fishing" (Eliminar o apoio governamental à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada), *OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers (Documentos sobre a alimentação agrícola e pescas da OCDE)*, No. 178, OECD Publishing, Paris.
- OCDE (2022), *OECD Review of Fisheries 2022 (Análise das pescas da OCDE de 2022)*, OECD Publishing, Paris.
- [Resumo de políticas da OCDE: Apoiar pescas sustentáveis](#)

¹ Acordo sobre medidas dos Estados do porto destinadas a prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

